



8010

Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.
Em 15 de 04 de 14
Chagas
Conceição da Maria Inês A. Silva
Chefe do Núcleo Comissão de

Ao Deputado Juciana M.
Sousa
para relatar.
Em 24 de 4 de 14
Alc
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Parecer nº /2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei nº 35/2014.

EMENTA: PROJETO DE LEI. DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES DE COMPATIBILIDADE NO MATERIAL COLETADO NA DOAÇÃO DE SANGUE, PARA INCLUSÃO POSTERIOR DOS DADOS NO REGISTRO NACIONAL DE DOADORES DE MEDULA ÓSSEA - REDOME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO - QUANTO AO EXAME DE MÉRITO DA PROPOSIÇÃO, QUE ANALISA A JURIDICIDADE, CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE, INEXISTEM ÓBICES À APROVAÇÃO. PARECER PELA TRANSFORMAÇÃO DO PL EM INDICATIVO DE LEI

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 35/2014, de iniciativa do Deputado Estadual Gessivaldo Isaias, que **ESTABELECE A IMPLANTAÇÃO DO TESTE DE COMPATIBILIDADE HLA NO MATERIAL COLETADO NA DOAÇÃO DE SANGUE, PARA POSTERIOR INCLUSÃO DOS DADOS NO REGISTRO NACIONAL DE DOADORES DE MEDULA ÓSSEA - REDOME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Verifica-se que o antedito Projeto de Lei foi encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça para análise de seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do artigo 34, I, alínea "a", do Regimento Interno, além de outras considerações que se façam pertinentes.

II. PARECER DA RELATORA

A Constituição Estadual em seu art. 75, § 2º, inciso III, estabelece:



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Art. 75 – A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 2º – São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

III – estabeleçam:

b) criação, estruturação, extinção e atribuições das Secretarias de Estado e demais órgãos do Poder Executivo.

Com efeito, por determinação constitucional, compete ao Chefe do Executivo a criação e o disciplinamento de órgãos públicos ou quaisquer entes da Administração Pública Estadual.

Desta forma, para a execução das medidas propostas pelo projeto de lei em exame seriam necessárias ações do poder executivo que importem em realização de despesas, como podemos observar no parágrafo primeiro e caput do Art. 1º do Projeto em comento, eis que a implantação de um teste de compatibilidade sanguínea, bem como o envio de informações ao Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), gerariam custos e tais despesas só podem ser contempladas no Projeto de Lei, mediante iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo Estadual, a teor, ainda do §3º, inciso I do Art. 75 da Constituição Estadual, in verbis:

§ 3º – Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado (...);

Portanto, é evidente que restará ao poder executivo a responsabilidade pela implementação e custeio das políticas atinentes ao tema, na forma proposta pelo parlamentar que subscreve o projeto de lei em exame.

Desta feita, a matéria está extrapolando a competência do autor do projeto, pois gera encargo ao poder executivo, obviamente causando despesas, o que se constitui, conforme visto tema restrito à iniciativa privativa do governador.

Assim, o presente projeto de lei de iniciativa do legislativo afigura-se claramente inconstitucional, pois representa vício formal quanto à usurpação de competência e ofensa ao princípio da reserva legal.

Diante desta constatação, **opinamos que o presente projeto de lei seja transformado em Indicativo de Lei, a fim de que o Governador, no gozo pleno de suas atribuições privativas, possa enviar ou não a matéria para a ALEPI.**



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Todavia, em que pese o vício formal de iniciativa, no MÉRITO, o projeto não apresenta nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade da matéria, propriamente dita.

Desta forma, o conteúdo do projeto de lei em análise atende aos preceitos exigidos para sua aprovação, pois se afigura jurisdicional, constitucional e legal.

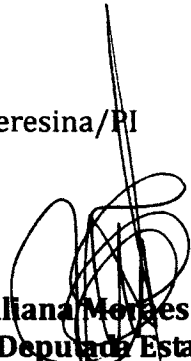
III. CONCLUSÃO

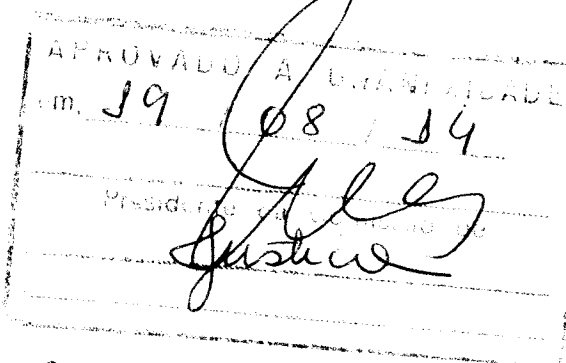
Assim sendo, manifestamo-nos inicialmente pela transformação do presente Projeto de Lei em Indicativo de Lei, devendo o mesmo ser remetido ao Exmo. Sr. Governador, para que este possa analisar a matéria e remetê-lo, ou não, a ALEPI. Quanto ao mérito, manifestamo-nos favoravelmente pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto de lei haja vista sua concordância com os preceitos normativos analisados.

É o parecer.

À apreciação.

Sala das Comissões, Teresina/PI de de 2014.


Juliana Moraes Souza
Deputada Estadual
Relatora - CCJ



Transformado em Indicativo de Lei